

Ata da reunião ordinária do Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ocorrida no dia doze de abril de dois mil e dez, às quatorze horas, no auditório do Paço Municipal - Prefeitura de Macaé. O presidente do Conselho, Maxwell Vaz, deu início a reunião, solicitando ao secretário executivo a conferência de quorum. Havendo a presença de doze conselheiros, Maxwell constatou quorum regimental para abertura dos trabalhos, porém não para votação, propondo que a leitura da ata fosse feita quando houvesse quorum para aprovação da mesma, dando prosseguimento a pauta. A Conselheira representante da Instituição Casa do caminho, Dominick Werneck, apresentou a proposta de criação do Parque Recreativo Ecológico da Ajuda. Dominick encaminhou requerimento à Câmara Técnica de Criação de Unidades de Conservação para adequação do Parque, solicitando a criação do Conselho Gestor, bem como a priorização de medidas de compensação ambiental para atender o Parque, solicitando que o Conselho indique ações ao Poder Público visando coibir a degradação da área. Após a apresentação, o Conselho deliberou a respeito do tema. O Conselheiro representante do núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Sócio-Ambiental de Macaé, Mauricio Molisani, questionou a qualidade da água no local, comentando estar bastante poluída. A Conselheira representante da Associação Amigos do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, Ingrid Stigger, questionou se o lago é natural ou represado, sendo prontamente respondida pelo professor Maurício que se trata de um lago artificial represado. Maxwell registrou a presença do Subsecretário de Turismo, Rosalvo e da Subsecretária de Habitação, Samantha, esclarecendo a respeito da Lei 3367/2010, de autoria do vereador Danilo Funke, que não criou o Parque, tendo caráter autorizativo, medida inclusive desnecessária na gestão ambiental. Maxwell pontou que a primeira ação na área foi um plantio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que em parceria com a Casa do Caminho vem desenvolvendo esse importante trabalho de implantação desta área ambiental. Maxwell convoca que se apresente a Câmara Técnica de Criação de Unidades de Conservação para receber as demandas e tomar as providências. Dando prosseguimento a pauta, Maxwell convida todos os presentes a participarem da audiência pública que discutirá a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico da Restinga do Barreto, comentando a divulgação do evento com faixas e carro de som, afirmando o compromisso da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em atuar na implantação de mais áreas de proteção ambiental no município. Maxwell solicitou ao Conselho recesso de três minutos para realização da entrega de licença ambiental a duas empresas convidadas, que receberam o documento das mãos da coordenadora de Licenciamento Ambiental Jussara Aguiar e da Subsecretária de Habitação, Samantha, que agradeceu ao Conselho a receptividade em nome do Secretário de Habitação, Cabral, que sempre é participado das ações do Conselho pela sua representante, Elisângela Sossai. Ressaltou a importância da articulação entre o Meio Ambiente e a Habitação para implementar programas habitacionais de interesse social, como o Programa Minha Casa Minha Vida, onde quatrocentas e noventa e seis unidades residenciais, que serão construídas no Bosque Azul no complexo da Ajuda, serão entregues a população, especificamente famílias com renda de zero a setecentos reais. Explicou ser hercúlea a tarefa para implantação do programa, pois a liberação do financiamento depende de grande esforço para atender todas as exigências. Elogiou a seriedade e celeridade da equipe do Licenciamento Ambiental, parabenizando o profissionalismo e agradecendo a compreensão da urgência. Jussara Aguiar frisou que o licenciamento atendeu todo o trâmite exigido pela lei, afirmando que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente não tem medido esforços, trabalhando com afinco em caráter extraordinário para ser parceira nesses importantes projetos sociais. Reiniciando a reunião e dando prosseguimento a pauta, o presidente do Conselho solicitou ao secretário executivo a conferência de quorum, constatando a presença de dezenove conselheiros. Havendo quorum regimental, Maxwell solicitou ao secretário executivo a leitura da ata da reunião de março, que após lida e corrigida, foi aprovada pelo Conselho. Em atendimento a requisição de Maxwell, o secretário executivo expõe ao Conselho a tabela de plano de ação da secretaria executiva do Conselho, demonstrando que todas as ações previstas em deliberação na última reunião foram realizadas. Prosseguindo a pauta, o Conselheiro representante da Secretaria de Meio Ambiente, Guilherme Sardemberg, apresenta palestra sobre a Bacia Hidrográfica da Lagoa de Imboassica. Após a apresentação, Ingrid Stigger salienta a nocividade da presença de gado na nascente do Rio

Imboassica, solicitando que Guilherme dê melhores esclarecimentos sobre a palestra, aprofundando a questão. Maxwell encaminha que o palestrante fique a disposição para esclarecimentos nas reuniões da Câmara Técnica Lagoa de Imboassica. Maxwell expôs ao Conselho a proposta preliminar para construção de Estações de Tratamento de Esgoto Verde no entorno na Lagoa de Imboassica e a entregou para parecer a Câmara Técnica da Lagoa de Imboassica. Maurício Molisani fez a apresentação da Cartilha de Educação Ambiental produzida pela Câmara Técnica de Educação Ambiental. A Conselheira representante da Secretaria Municipal de Educação, Martinha Pimentel, apresentou a minuta de resolução de Educação Ambiental. Após a apresentação, o Conselheiro representante da Associação de Moradores da Barra de Macaé, Paulo Sérgio, pediu esclarecimentos sobre a proposta de criação de edital de projetos de Educação Ambiental, a serem contemplados pelo termo de referência. Maxwell esclareceu que o Conselho não pode criar despesas orçamentárias, pois é atribuição de lei municipal, afirmando não aprovar propor algo que não possa cumprir e explicando que por legalidade e competência, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente não poderia assumir tal compromisso. O presidente do Conselho coloca em regime de votação a resolução, que é aprovada unanimemente com dezenove votos. A Conselheira representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Eurosina de Abreu, dá início a apresentação da minuta de resolução de controle de visitação nas trilhas da Área de Preservação Ambiental do Sana. Após a apresentação delibera-se sobre a questão da proibição de animais domésticos nas trilhas e nas cachoeiras, concluindo-se ser desnecessária. O Subsecretario de Turismo, Rosalvo, cumprimenta a todos e fala sobre o trabalho que vem desenvolvendo no município. Comenta a situação de guerra que vive atualmente no controle turístico do Sana, que atualmente tem imagem negativa internacional discutida em conferência mundial de turismo, graças ao narco-turismo, como referência superior mesmo à Colômbia, proporcionalmente. Pontuou a forte parceria com Maxwell Vaz e a Secretaria de Meio Ambiente, que vem atuando no controle de carros de som, com a Lei do Silêncio, e agora promove, junto com o Conselho, um grande passo para regularizar o turismo no Sana, através desta resolução. Comentou sobre a necessidade de controle de esportes radicais no Sana e encerrou sem nenhuma ressalva a aprovação da resolução. O secretário geral do Conselho, Conselheiro representante do Grupo de Defesa Ecológico Pequena Semente, comentou dos acidentes ocorridos nas cachoeiras do Sana. O Conselheiro representante da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Maurício Brennand, esclareceu que toda vez se atua nesse tipo de questão se impacta a questão financeira do local, afirmando ser importante a implantação de um turismo sério, ao invés do narco-turismo. Exemplificou o município de Mauá, que já passou por situação semelhante e com a atuação de todos se modificou. Afirmou ser necessário profissionalizar o turismo no Sana, que atualmente só possui programações culturais para acampamentos. Defendeu que o esporte é uma ferramenta importantíssima, pois o atleta é interessante ao turismo. Após as deliberações, Maxwell ressaltou a importância do Conselho votar a questão, pois há um grande clamor do Conselho Gestor do Sana pela aprovação da resolução, caso seja o entendimento dos conselheiros, a fim de normatizar as visitas nas cachoeiras. O presidente do Conselho abre regime de votação e a resolução é aprovada unanimemente com dezessete votos. O presidente do Conselho dá por encerrada a reunião, encaminhando ao secretário executivo a publicação das resoluções e propondo aos interessados assistir a apresentação da estagiária Marina de estudo realizado na Lagoa de Imboassica a respeito dos mosquitos chironomídeos.